



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1198/2023
(à MPV 1198/2023)

Suprima-se o art. 9º; e acrescente-se art. 9º-1 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 9º (Suprimir)”

“Art. 9º-1. Art. 9º. Fica instituído o Conselho Deliberativo do Fundo de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio, composto por representação paritária do:

I – Ministério da Educação;

II – Ministério da Fazenda;

III – Ministério do Planejamento e Orçamento;

IV – Conselho Nacional de Educação – CNE;

V – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - Confenen;

VI – Confederação Nacional de Municípios - CNM.

§ 1º Compete ao Ministro da Educação a nomeação dos membros do Conselho, os quais não serão remunerados.

§ 2º Compete ao Conselho deliberar sobre as seguintes matérias:

I – decidir sobre sua própria organização e competências, elaborando seu regimento interno;

II – aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Fundo e os respectivos orçamentos;

III – deliberar sobre a prestação de conta e os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo;

IV – elaborar a proposta orçamentária do Fundo, bem como suas alterações;

V – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao Fundo;



VI – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VII – analisar relatórios do agente aplicador quanto à forma, prazo e natureza dos investimentos realizados;

VIII – fiscalizar a administração do fundo, podendo solicitar informações e documentos aos órgãos públicos e privados;

IX – baixar instruções necessárias à implementação do Fundo, observando como princípios a mitigação dos efeitos da desigualdade social e a conclusão do ensino médio pelos estudantes;

X – deliberar sobre outros assuntos de interesses do Fundo.

§ 3º A presidência do Conselho, eleita a cada dois anos por maioria absoluta dos seus representantes, será alternada entre as representações, sendo que a Secretaria será exercida pelo representante do Ministério da Educação.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Medida Provisória cria a poupança para estudantes de baixa renda que estão no ensino médio para incentivar a conclusão dos seus estudos. Para a sua consecução, será criado um fundo especial em que a União deverá aportar até R\$ 20 bilhões.

Com efeito, trata-se de importante instrumento para viabilizar o estudo de milhares de jovens no ensino médio que acabam abandonando a escola por falta de condições financeiras. Precisam trabalhar desde cedo e ajudar as suas famílias na manutenção do lar. De forma que o recebimento da bolsa financeira favorecerá o jovem estudante e o ajudará a permanecer firme em seus estudos.

Contudo, a administração do Fundo carece de uma melhor governança para gerir este importante projeto. Acredito que a criação do Conselho, especificamente para gerir e executar as políticas emanadas do poder público, será de grande valia e merece ser acolhida.



A concepção do Conselho, na forma ora apresentada, é uma ideia que já vem sendo executada em outras políticas públicas. É o caso do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, órgão colegiado, de caráter paritário, que atua como gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De maneira que o papel a ser exercido pelo Conselho no controle social da execução destas novas políticas é relevante e exige a criação de um Conselho Deliberativo.

Neste sentido, peço ajuda aos nobres pares para o acolhimento da presente emenda.

Brasília, DF, 29 de novembro de 2023.

Deputado Dr. Allan Garcês (PP/MA)

Sala da comissão, 29 de novembro de 2023.

